



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOABSON SILVA DOS SANTOS

**OS TUTORES DA DESORDEM: uma abordagem histórica sobre
juventude e criminalidade**

**CAMPINA GRANDE-PB
2018**

JOABSON SILVA DOS SANTOS

**OS TUTORES DA DESORDEM: uma abordagem histórica sobre
juventude e criminalidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História, do Departamento de História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, sob a orientação da professora Dra. Luíra Freire Monteiro.

**CAMPINA GRANDE-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237t Santos, Joabson Silva dos.
Os tutores da desordem [manuscrito] : uma abordagem histórica sobre juventude e criminalidade / Joabson Silva dos Santos. - 2018.
51 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Juventude e criminalidade. 2. instituições socioeducativas. 3. Juventude infratora. I. Título
21. ed. CDD 981.008

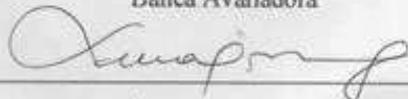
JOABSON SILVA DOS SANTOS

**OS TUTORES DA DESORDEM: uma abordagem histórica sobre
juventude e criminalidade**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
História, do Departamento de História do
Centro de Educação da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Licenciado em
História, sob a orientação da professora
Dra. Luíra Freire Monteiro.

Trabalho de conclusão de curso aprovado em 06/12/2018

Banca Avaliadora



DRA. LUÍRA FREIRE MONTEIRO

Orientadora



DRA. LUCIRA FREIRE MONTEIRO

Avaliadora



DR. MATUSALÉM ALVES DE OLIVEIRA

Avaliador

Dedico essa pesquisa à minha família: ao meu pai Justo Ferreira dos Santos e à minha mãe Maria do Socorro Silva dos Santos à minha irmã Fabiana Silva dos Santos e seu companheiro Gleysson Vieira e ao meu sobrinho de seis anos de idade, Richard Matheus da Silva Lisboa, por serem meu porto-seguro e sempre estarem ao meu lado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças e saúde até aqui para que eu pudesse persistir firme e forte como estudante de História, por ter me dado uma família tão maravilhosa e colocado tantas pessoas boas no meu caminho.

À minha família, por ser exemplo de amor, fé e perseverança; por terem sempre acreditado em mim e me ajudado de todas as maneiras possíveis.

Em especial agradeço à minha orientadora Luíra Freire, por ser essa pessoa tão cheia de amor com seus alunos; por ter me dado a oportunidade de participar de atividades acadêmicas que contribuíram de forma significativa na minha formação como historiador, a exemplo da participação que tive no projeto de extensão no “Lar do Garoto”, onde surgiu em mim a vontade de trabalhar com o tema que ora se apresenta nesse trabalho.

Ao meu ex-professor e amigo, Cláudio Fidélis: pessoa que, além de professor e amigo, foi um grande incentivador e inspirador para que eu fosse um aluno aplicado na escola e ingressasse na universidade, chegando à conclusão da graduação. Foram incentivos, ensinamentos e conselhos que pretendo carregar por toda minha vida e que fizeram de Cláudio alguém tão importante para mim quanto a minha família, principalmente por ele, assim como ela, ter acreditado em minha vontade de chegar cada vez mais longe na jornada estudantil e me fornecido muitos materiais para que eu pudesse estudar.

Ao meu amigo de infância Jean Rodrigues, por todos os momentos de companheirismo desde a escola, passando pelo compartilhamento de grandes alegrias nas aprovações dos nossos primeiros vestibulares; e à sua esposa e minha amiga Daiane Lourene Dantas, por, assim como Jean, sempre ter me ajudado nos momentos de dúvidas na minha trajetória como estudante. Sou muito grato por todas as ajudas e incentivos.

Ao meu amigo e grande sanfoneiro Iran Batista, por ter me ajudado de diversas maneiras - tanto com ensinamentos quanto com incentivos - no início da minha trajetória como músico, cuja profissão vem me garantindo os cachês com que pude, juntamente com as bolsas da universidade, manter-me financeiramente, assim como comprar xérox e manter alguns gastos necessários na universidade.

Aos meus amigos Lindomar Pereira e José Serafim (Duda), por serem tão presentes na minha vida em todas as horas, seja nos momentos difíceis da vida, seja nos momentos felizes, compartilhando alegrias e momentos de felicidade juntos.

Aos meus amigos que compunham minha turma na graduação (Michel, Augusto, Francisco, Ivo, Sérgio, Hugo, Janderson, Ramon, Rodrigo Vieira, Rodrigo Handerson e Tissiane), por termos vivenciado momentos de conversas, ótimos debates nas aulas e boas risadas até o fim da trajetória do curso.

À Dona Penha, que me recebeu tão bem em casa e me concedeu uma entrevista com tantas informações importantes sobre o tema desse trabalho.

Agradeço a todos os demais amigos e familiares que, de forma direta ou indireta, torceram e me incentivaram para a conclusão deste trabalho.

Há crime e crime

Para onde esta sociedade caminha?
Há miséria e muita por todo o lado
O crime é uma atitude mesquinha
Que passeia na rua sem ser amado.

Mata-se a tiro um homem já idoso
Com três tiros de uma caçadeira
Ser vivo hoje é muito perigoso
Morrendo fica livre de uma asneira.

Depois há crimes que dão para rir
Não são aqueles que matam a tiro
Mas dão medo não deixam dormir
Porque matam e se dizem vampiros

Na Nova Zelândia três jovens estarolas
Beberam o sangue da sua vitima
Foram todos estagiar para a gaiola
Sem honra, sem glória nem estima

Mas há crimes chamados de prazer
Há muito quem aprecie, mas é pecado
Não matando mas sim amor fazer
E ninguém se considera culpado

Era uma vez uma senhora já idosa
Que não conseguia ver o padeiro
Para fazer amor era muito gulosa
Todo o seu corpo era um braseiro

Para acalmar todo o seu calor
Melhor era encontrar um experto
Nada melhor para fazer amor
Que um jovem que é seu neto
[...]

(Alberto da Fonseca)

RESUMO

Desde a Antiguidade até a contemporaneidade a categoria juventude vem sendo notada e compreendida de diversas maneiras pelas sociedades e seus comportamentos, ligados aos seus condicionantes socioculturais, mostram que em diferentes épocas e sociedades a juventude assume características que permitem aos adultos vê-la como uma categoria distinta, com diferenças e singularidades. No século XX, os jovens necessitaram de maior atenção, principalmente do Estado, exatamente por entrar numa dimensão que os distingue dos demais: a cultura do crime. Respondendo ao problema da criminalidade que tinha como autores os jovens, sobretudo menores de idade, o Estado criou fundações em todo o território brasileiro, cujas fundações voltaram sua atenção para instituições socioeducativas para crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Juventude; criminalidade; menores; instituições socioeducativas.

RESUMEN

Desde la antigüedad hasta la contemporaneidad la categoría juventud viene siendo notada y comprendida de diversas maneras por las sociedades y sus comportamientos ligados a sus condicionantes socioculturales, muestran que en diferentes épocas y sociedades la juventud asume características que permiten a los adultos verla como una categoría distinta, con diferencias y singularidades. En el siglo XX los jóvenes necesitaban de mayor atención, principalmente del Estado, precisamente por entrar en una dimensión que los distingue de los demás: la cultura del crimen. Respondiendo al problema de la criminalidad que tenía como autores a los jóvenes, sobre todo menores de edad, el Estado creó fundaciones en todo el territorio brasileño, cuyas fundaciones volvieron su atención hacia instituciones socioeducativas para niños y adolescentes.

Palabras clave: Juventud; delito; menores de edad; instituciones socioeducativas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo I: Infância e Juventude na História do Ocidente	14
Capítulo II: Juventude brasileira e sociedade – um percurso comum	28
Capítulo III: A juventude que quebra padrões: uma abordagem histórica da legislação e políticas públicas sobre a questão	31
Capítulo IV: Juventude infratora: as tentativas de resolução do problema na Paraíba.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	51

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa que ora se apresenta pode ser tomado como um campo novo na oficina do historiador. A juventude, fase da vida que se alinha entre a infância e a idade adulta, ainda se assemelha a um pântano perigoso, inóspito para os que querem compreender a atuação humana no tempo, e que insistem em não delimitar suas características e especificidades na formação do sujeito histórico.

Na Idade Média europeia, a juventude era atrelada à desordem, sendo o casamento, desde o império romano, tomado como instrumento de contenção aos excessos de liberdade e à violência. Até a Idade Moderna o jovem ainda era classificado como aquele sujeito irresponsável e perturbador da ordem e a fase adulta vista de maneira positiva, principalmente por sua condição de sociabilidade no meio político e econômico.

Mas, dessa época ao século XIX o jovem também foi percebido por outras características que o diferenciava dos adultos, como sua maneira de ver, sentir, reagir. A educação, a profissionalização e o trabalho do jovem despertaram a atenção dos adultos. A escola e o trabalho eram tidos como instrumentos de contenção da indisciplina e da degradação moral dos jovens. A escola era frequentada pelos filhos da burguesia, sendo estes dispensados do trabalho. Seria um lugar de preparação para o mundo adulto, pois “seria preciso preparar os jovens para o trabalho e para alcançar uma profissão condizente com sua família e *status*” (CASSAB, 2011, p. 152). Com a expansão da economia mercantil, que teve destaque a partir do século XVIII, crianças e jovens se transformaram num investimento que resultaria no aumento e diversificação do patrimônio familiar. Contribuiu para isso o que o historiador Rui Bebianco chama de “cerco institucional”, onde a burguesia do século XIX passou a criar condições para enquadrar os jovens no processo produtivo, favorecendo sua formação profissional. O jovem passou a ganhar notoriedade por seus aspectos positivos como “o dinamismo, o entusiasmo, a capacidade para criar e para jogar com o risco” (BEBIANO, 2002, p. 11) e visto como esperança para uma sociedade modernizante.

No século XX, além do significativo papel da escola, as instituições religiosas e a organização militar acabaram por identificar social e politicamente esses jovens,

integrando-os em espaços de sociabilidade que lhes tornaram possível desenvolver práticas culturais autônomas. A afirmação e a crescente valorização dos novos valores, hábitos e gostos da cultura juvenil permitiu esse grupo social criar uma cultura homogênea à margem da cultura dos adultos. A partir da década de 1950 a ideia de juventude como uma categoria distinta por seu aspecto turbulento e agitador ganhou força, cuja perspectiva se faz sentir até hoje. Através da memória, as imagens dessa época se difundiram, usando como principais instrumentos o teatro, a música, o cinema, o esporte e a televisão.

Querendo conhecer a complexidade do tema no campo da história, constatei que há pouquíssimos trabalhos a respeito, especialmente no que diz respeito à juventude brasileira. Parece-nos que, no Brasil, os historiadores têm uma percepção de que a juventude pode ser interligada como sua fase sucessora e que os jovens são iguais aos adultos. Neles não se nota diferenças nem singularidade e sua atuação como sujeitos históricos não se distingue da dos mais velhos. O mesmo não se pode dizer da infância, tema inaugurado em uma produção bastante visitada nos anos 90 e que tem como expoente máximo o trabalho da historiadora Mary Del Priore.

O reconhecimento da juventude como uma fase da existência humana, marcada por singularidades psicossomática e sociais contudo, nos remete a um aspecto que necessita, ainda de variadas e profundas problematizações nas oficinas da História: o jovem que, mesmo imerso num universo próprio e reconhecido socialmente, adentra numa outra dimensão: a cultura do crime, e que passa a ser tratado, dessa feita, de modos distintos que os de sua mesma faixa etária.

Tais constatações sobre a juventude se tornaram necessárias para minha lide como historiador em formação depois que participei de um projeto de extensão no “Lar do Garoto”, em Lagoa Seca. Era nosso objetivo a organização dos arquivos daquela instituição educativa e o manusear dos documentos foi revelador de inúmeras histórias de vida e da descoberta, até, de conhecidos da minha cidade e dos colégios em que estudara e que por ali haviam passado.

Ali nasceu uma indagação, que se caracteriza com o problema desta pesquisa: Como foram historicamente tratados os jovens brasileiros, tomados como “delinquentes”? Quais as políticas públicas instituídas ao longo dos anos, no Brasil, em relação a essa juventude “transviada”?

Para buscar resposta a tal indagação, surgida em meio à poeira e às exclamações de surpresas dos membros da equipe no manuseio de informações sobre os chamados “menores infratores”, definimos metodologicamente o presente trabalho, que se organiza da forma seguinte:

No primeiro capítulo, intitulado de “Infância e juventude na História do Ocidente” é abordada a construção da noção de infância e juventude desde a Antiguidade, trazendo a atuação da juventude em diferentes épocas, seja como protagonistas de ações ritualísticas e de perturbação da ordem na Idade Moderna, seja como indivíduos de notória participação no contexto da Revolução Francesa - ora como combatentes, ora como escritores. Também nesse capítulo, o jovem é mostrado como sujeito que adentra as primeiras décadas do século XX imerso num universo que necessitou de atenção urgente dos países ocidentais: o problema da delinquência.

No segundo capítulo, “Juventude brasileira e sociedade – um percurso comum”, o jovem brasileiro aparece, ao longo da história, atrelado a movimentos e organizações que o identificam e caracterizam em diferentes épocas na sociedade brasileira.

O terceiro capítulo, intitulado “A juventude que quebra padrões: uma abordagem histórica da legislação e políticas públicas sobre a questão”, tem como foco tratar das respostas do Estado frente a um problema que careceu da atuação de juristas e políticas públicas desde o período colonial, precisamente no século XIX: a inserção dos menores na criminalidade. Nesse capítulo é abordado desde as primeiras leis concernentes ao crime e que podiam ser aplicadas aos menores no início do século XX, dando ênfase ao aumento da marginalização nas ruas e das primeiras casas de assistência ao menor na cidade São Paulo, até o surgimento de políticas públicas que deram diferentes respostas ao problema da criminalidade juvenil, especialmente durante os anos da ditadura militar.

No quarto capítulo, “Juventude infratora: as tentativas de resolução do problema na Paraíba” são abordadas políticas públicas de âmbito nacional que foram direcionadas a diferentes estados, e que também se fizeram sentir na Paraíba durante o século XX através de fundações e instituições socioeducativas de caráter preventivo e de internato.

Diante do exposto, a presente monografia tem como objetivo geral perceber a juventude em suas diversas formas e atuações ao longo da história, percebendo como

seus diferentes comportamentos e seus condicionantes socioculturais, em distintos tempos e espaços, o diferenciavam dos adultos, além tratar desses sujeitos aparecendo na história como foco da atenção dos adultos, devido a sua inserção na cultura do crime. Tem como objetivos específicos analisar o jovem emergindo como foco de preocupação do poder público exatamente por sua inserção na criminalidade; como a legislação vem agindo, ao longo da história, no sentido de enfrentar tal problema; e como as políticas públicas vêm buscando alternativas para o problema do jovem em condições de abandono, delinquência ou em conflito com a lei, em especial através de fundações e instituições educativas (preventivas e de internação) em todo o território brasileiro e que se refletiram também no estado da Paraíba.

Sendo possível fazer uma breve explanação sobre a crescente notoriedade que a juventude vem assumindo ao longo da história, é importante considerar que a cultura juvenil não obedece a uma mesma lógica para qualquer época ou limite geográfico. Estudar a juventude exige que o historiador perceba sua diversificação e considere suas diferenças culturais. Assim, como diz Rui Bebianno, “não existe juventude, existem juventudes” (BEBIANO, 2002, p. 4).

Convido o leitor a caminhar comigo sobre esta questão tão delicada na sociedade atual.

Capítulo I: Infância e Juventude na História do Ocidente

Ao falar sobre a Juventude na história, falamos não apenas de um grupo social que tem como critério para sua definição uma faixa etária mais ou menos delimitada. Para tratar do conceito de Juventude na história, é preciso levar em conta que se trata de uma categoria social que deve ser abordada à luz da “perspectiva histórica, em razão das alterações determinadas pelo tempo, espaço e/ou realidade sociocultural (SANTANA, 2011, p.1)”. Além da ausência de uma delimitação etária precisa para a definição, é importante perceber que, exatamente por se tratar de pessoas e coletividades, seria inviável para a pesquisa histórica tentar buscar a definição-conceito de juventude. Embora se enquadre na definição de uma etapa da vida antecedida pela adolescência ou entre a infância e a idade adulta, para essa fase tem-se outros termos no âmbito das ciências humanas, a exemplo do termo *puberdade* usado na medicina. Na primeira metade do século XX o termo *menor* foi usado para fazer referência a indivíduos que não eram mais considerados crianças, mas de acordo com sua idade, ainda não atingira a maturidade. Assim como, em diferentes épocas, *mocidade* e *juventude* podiam fazer referência a pessoas de uma mesma idade.

Mas as questões etárias e socioculturais são os critérios principais onde giram várias definições de juventude. Nesse período, o enquadramento institucional do jovem agrupou-o na categoria juventude levando em conta as questões socioculturais que permitiram enquadrá-lo. ¹Com o objetivo de inserir a juventude na política, os regimes totalitários da Europa criaram organizações que mobilizaram e cooptaram os jovens em vários países.

Na história, a categoria *juventude* teve sua construção determinada por tempos e sociedades específicas. Diferenciando-se espacial e temporalmente, a juventude vem sendo, ao longo da história, construída e reconstruída pelas sociedades. No império romano, meninos e meninas de 12 anos de idade tomavam destinos diferentes. Enquanto

¹ Na Alemanha nazista foram criadas a Juventude Hitlerista, as Jovens Virgens e a Liga das Moças Alemãs. Na URSS, nas sendas abertas pela Revolução de 1917, foram criadas três instituições, a saber: a Liga Vermelha dos Combatentes da Frente, a União da Juventude Comunista e os Pioneiros Vermelhos (SANTANA, 2011, p.7).

as meninas casavam e assumiam as tarefas domésticas, os meninos seguiam os estudos. Ao completar 15 anos, os meninos passavam por um ritual simbólico em que trocavam sua toga de infância por uma toga que sinalizava sua entrada no mundo jovem. “A cerimônia do abandono da toga *praetexta* significava que o jovem tornava-se um cidadão livre e gozava de plenos direitos” (CASSAB, 2011, p. 147). Considerada um momento de transição e de preparação para a vida adulta, a juventude, na Roma Antiga, também era tida como um momento a ser vigiado, e os jovens eram controlados pelas ordens adultas.

Na Idade Média havia um sistema de classificação social que usava como norte a idade, cujo sistema considerava que a fase juvenil podia ser compreendida entre 21 aos 35 anos. Mas eram o casamento e a aquisição da herança paterna que marcavam o início da vida adulta. A noção de juventude, assim da infância, ganhou notoriedade dos adultos na questão da educação. O ensino na escola medieval se deu de modo que não havia separação dos alunos de acordo com sua faixa etária – na sala se misturavam meninos e adultos de diferentes idades. Sendo particular ou sob a direção de cônegos da catedral, a escola não tinha compartimentos ou acomodações amplas que dividissem os discentes em lugares diferentes. Também havia mestres que ensinavam nos claustros ou até mesmo nas esquinas das ruas. Muitos geralmente alugavam salas que chegavam a comportar muitos alunos, os quais inicialmente sentavam no chão forrado com palha e depois passaram a assistir aula em bancos.

Assim como no ambiente escolar, fora dele também havia essa mistura de idade. Segundo Philippe Ariès (1981), eram raros aqueles alunos que moravam com os pais, e muitos viviam em habitações que eram divididas com mais alunos, outros em regime de pensão, morando na casa de um padre ou de um cônego através de um contrato semelhante a um contrato de aprendizagem, onde crianças e adultos dividiam o mesmo espaço.

No século XIII foram criados, por doares, asilos para estudantes pobres. Esses asilos, que abrigavam esses estudantes bolsistas e concentravam-se em comunidades regidas por estatutos e regras monásticas, que eram chamados de colégios, mas ainda não eram locais de ensino. A partir do século XV passou-se a adotar o ensino nos colégios. Depois do surgimento da escola, ambiente que tinha apenas uma simples sala, mestres e estudantes passaram a dispor de uma instituição complexa com vários

compartimentos. O ensino passou a contar com uma instituição voltada para a educação da infância e da juventude baseado numa disciplina clerical de caráter rígido, autoritário e mais hierárquico, com salas numerosas e o corpo docente separado. O colégio passou a dividir as turmas, o que faz dessa instituição o berço do sentimento da infância, embora o restante da sociedade continuasse fiel às misturas de idade. No decorrer do século XV os alunos passaram a ser agrupado em classes diferentes, sendo divididos em grupos de mesma capacidade. Havia um professor especial para cada turma. O colégio, com sua estrutura de classes dividida de acordo com o nível do aluno, surgiram no século XVI como uma instituição de ensino em que se prestava mais atenção ao grau do que a idade. Assim, depois desse avanço as classes serviram gradualmente para enquadrar categorias de idade.

Na Idade Moderna, adotou-se uma política de ensino que distanciava as crianças muito pequenas, consideradas precoces, das disciplinas ministradas para jovens e adultos avançados e das salas compostas majoritariamente por esses estudantes mais velhos. “Concentrando-a em classes mais baixas ou a fazendo repetir o ano, a nova política de ensino enquadrava essa criança numa categoria chamada de *primeira infância*, cuja fase terminava quando a criança completava 10 anos de idade” (ARIÈS, 1981, p. 176). A fraqueza e a incapacidade desses pequenos, somados ao perigo que sua inocência corria, eram características notadas neles e que marcavam essa fase. O colégio passou a receber crianças que estivessem na infância escolar, que era a fase seguinte após a primeira infância. Mesmo havendo esse isolamento da primeira infância, durante toda a Idade Moderna crianças e jovens de 10 a 25 anos de idade se misturavam na mesma sala. Não havia distinção entre infância e adolescência, o que só veio ocorrer no século XIX.

A comunidade havia perdido o papel exclusivo que detinha, no final da Idade Média, de regular a vida cotidiana dos estudantes. O colégio do início da modernidade adotou um sistema disciplinar que incumbia ao mestre não apenas a mera função de transmitir o conhecimento, como ocorria antes nas comunidades, onde os mais velhos repassavam, através de seus ensinamentos aos mais novos, suas experiências. Agora os mestres seriam responsáveis pela formação moral dos alunos, se preocupavam também com seu comportamento, se empenhavam em inculcar virtudes e, além de educar, instruí-los para vida. Mas a ideia da fragilidade da infância também serviu para o novo método disciplinar justificar seu caráter autoritário e hierarquizado no colégio. Essa

disciplina usava métodos rigorosos que consistiam em humilhação e castigos corporais impostos às crianças, a exemplo do uso do chicote. Os adolescentes de até 20 anos ou mais também passaram a ser surrados, não havendo assim, distinção de castigos entre crianças e jovens. - só a partir do século XVIII que os castigos corporais, tanto sobre crianças quanto sobre os adultos, passaram a ser questionados e repudiados pela opinião pública.

Infância e juventude eram termos que se confundiam quanto no tratamento das pessoas a esses indivíduos que não eram considerados adultos. Mas apesar de a sociedade do século XVI não ter uma demarcação nítida e precisa das fronteiras que separassem a infância da juventude, havia uma consciência viva e concreta da diferença cultural entre essas duas fases. Essa fronteira tendia a variar nessa época, sobretudo porque a vida do trabalho não se contrapunha à escola como na contemporaneidade – na modernidade crianças entre cinco e dose anos de idade já se encontravam desempenhando trabalhos que os adultos lhes incumbiam. Enquanto a necessidade em delinear o início da fase juvenil encontra suas dificuldades, o fim dessa fase é marcado pelo casamento e a casa própria. Além disso, o início da maturidade, especialmente entre as classes mais pobres, seguia a lógica da subsistência e por razões de natureza social e de subsistência o matrimônio entre essas classes acaba por se deslocar para uma idade mais tardia. A questão do matrimônio encontra na cultura juvenil grupos de jovens que assumem a função patriarcal das moças da própria comunidade: jovens forasteiros que cortejassem moças de uma dada comunidade eram considerados invasores e hostilizados.

Aos jovens também eram concedidas funções atreladas à ordem e de censura moral, aplicadas não só a outros jovens, mas também aos adultos infratores da moralidade. Na Suíça, os jovens tinham estatutos ligados ao comportamento das pessoas nas comunidades:

5° Quando se trata de pessoas casadas que brigam, e uma delas sai de casa, e passa a noite em qualquer outro lugar, se depois voltam a se entender, é preciso exigir delas dezesseis medidas de vinho. E se não quiserem dar nada, então, conforme o costume antigo, é preciso ir até a casa delas com os sinos e tambores e tocar tudo junto (SCHINDLER, 1996, p. 277).

Seguindo a lógica da censura moral, os tribunais burlescos da juventude passaram a impor regras de ordem e decência que acabavam por perseguir com

veemência quem não se penteava ou se lavava, fiéis que compareciam à igreja com as vestimentas sujas e moças que não colocavam os aventais para buscar água na fonte. Passava-se de um controle moralista para um disciplinamento da higiene social. Esses tribunais de espírito carnavalesco – em cujos rituais exigiam-se dos infratores “cabeças” de vinho que seriam ingeridas pelos jovens que, por sua vez, tocavam sinos e tambores nas casas dos infratores se estes não reparassem a infração com a doação do vinho – seriam o reflexo da praxe judiciária oficial. Eram instituições juvenis que preparavam aqueles jovens para a administração da justiça na vida adulta.

Além dessas ações, formaram-se grupos de jovens armados que faziam incursões em outras aldeias, o que era legalizado e aceito pelas aldeias de origem dessas hordas, embora essas ações militares não fossem reconhecidas nem tampouco esses bandos recebessem oficialmente o estatuto de combatentes. Sendo alvo de roubos, as aldeias invadidas buscavam afastar os invasores com concessões diplomáticas, buscando lisonjeá-los e afastá-los.

Na Suíça do século XVI havia grupos compostos tanto por rapazes como por homens adultos que se manifestavam contra o clero protestante. Lambuzar com fezes humanas as fechaduras das portas dos pregadores, cortar árvores frutíferas de homens probos, bater tambores e atormentar o sossego noturno faziam parte de algumas ações desses grupos. Vale ressaltar que muitos desses atos juvenis que infringiam o campo ético e social tinham consentimento dos adultos, uma vez que o comportamento desses últimos era muitas vezes indisciplinado e infantil.

“Assustar as pessoas, sobretudo durante a escuridão noturna e nas festas de carnaval, fazia parte das atuações rituais provocadas pela juventude masculina. Somam-se a isso as provas de coragem: nelas jovens eram levados coercitivamente a desafios como pendurar-se nas pontes do rio Reno ou praticavam pequenos roubos à noite, obtendo prestígio entre o grupo quando não eram pegos em flagrante” (SCHINDLER, 1996, p. 285). Durante a noite, grupos de jovens saíam às ruas perturbando a paz com gritarias e algazarra, além de praticarem desordem como colocar obstáculos e barricadas em becos escuros para fazer as pessoas que ali passavam tropeçarem; rolar tonéis pelos becos provocando grande barulho; e atirar pedras e bolas de neve contra portas e janelas. Em meio à nova moral pregada pelos religiosos, que impunham uma disciplina social diferente, e à cobrança do dízimo na área rural, os jovens rebelavam-se e participavam de agressões contra os religiosos da época, sendo que, assim como outras atitudes da juventude, essas agressões também tinham apoio dos adultos.

Em resposta às ações noturnas as autoridades criaram instâncias de condenação que incidiam sobre a honra dos jovens sem, portanto, terem caráter de punição criminal: eram as “casinhas dos loucos” que, uma vez sendo instituídas como celas de punições e prisões rápidas, passaram a ser adotadas em muitos locais da Suíça. Outra medida de vigilância adotada pelas autoridades foi à criação de guardiões/espíões que tinham a função de atuar sobre aqueles que gritavam, cantavam e faziam demais desordem à noite. No campo, jovens invadiam propriedades privadas roubando frutas e outras plantas alimentícias e os vigilantes encontravam forte resistência.

O clima de conflito e tensão entre o clero reformado e a cultura juvenil se deu também em decorrência do “ritual de passagem do casamento”. Quando um dos membros do grupo casava-se, os demais homenageavam o casal da forma mais barulhenta possível:

Tão logo o casal se retira em paz, os jovens solteiros dirigem-se ao local das núpcias, permitindo-se obscenidades e frases irritantes, e quando encontram os noivos carregam-nos com cama e tudo pelas ruas afora até a taberna, onde o casal deve prometer alguma coisa (SCHINDLER, 1996, p. 298).

Além disso, na Idade Moderna esses jovens também aparecem participando da política. Nas assembleias cantonais de países como Suíça e Alemanha eles interferiam com suas moções, gritos e interrupções. No dia seguinte à assembleia de eleitores criavam uma espécie de assembleia simulada onde imitavam com motes brincalhões os representantes políticos e suas deliberações. Nas festas de carnaval grupos de jovens formavam organizações com formas de zombaria provocatória. Através da derrisão, grupos juvenis detentores dos costumes carnavalescos proclamavam reivindicações ao poder. Atribuía-se às instituições advinhas constituída por nomes divertidos e grotescos como a *Corporação dos Porcos* ou o *Parlamento dos Loucos*.

Chegados os anos da Revolução Francesa, jovens de dezesseis e dezessete anos de idade foram convocados a participar da luta revolucionária por ocasião do recrutamento à *École de Mars*. Criada em junho 1794, durante o Terror, a instituição surgiu dos anseios jacobinos em se constituir como uma escola militar que inculcasse nesses jovens um patriotismo sincero, o ódio contra a tirania e a simpatia pelas liberdades republicanas. Vários jovens do país foram indicados por suas províncias e selecionados pelos agentes nacionais para irem à Paris, sendo privilegiados aqueles oriundos de famílias politicamente confiáveis ou jovens com dificuldades econômicas.

Na cerimônia de fundação da escola foram reunidos no acampamento de Sablons, nas portas de Paris, cerca de 3400 recrutas. Nas fronteiras de Paris os alunos deveriam lutar como verdadeiros homens pela causa republicana. Devido ao moralismo que permeava a mentalidade jacobina, os recrutas eram advertidos contra o relacionamento com mulheres demasiado vulgares ou muito explícitas na proclamação da aposta revolucionária.

Porém, a escola durou poucas semanas após o dia 9 de Termidor. Num cenário político reformado, com o governo jacobino sendo derrubado, jovens termidorianos invadiram os teatros obrigando os atores a entoar cantos contrarrevolucionários, destruíram imagens de líderes jacobinos como Marat e espancaram os jacobinos. Para os termidorianos, uma instituição que incumbia a jovens tão novos a função de manter a ordem e a justiça não seria digna de confiança. Outro motivo que levou a *École de Mars* à crise foram as incômodas imposições que eram aplicadas aos recrutas: uma disciplina militar rigorosa e o isolamento do resto do mundo.

Nesse período, através da nova Constituição, aprovada em 1795, o novo governo definiu qual deveria ser a idade mínima dos cidadãos. Atendendo ao problema político da juventude, a nova Constituição dizia qual a idade mínima para que os homens pudessem ter o direito de voto e de se elegerem a cargos públicos. Para compor o eleitorado passivo e, sendo eleito, participar do Conselho dos Quinhentos (a quem cabe criar as leis), os homens franceses deveriam ter no mínimo 25 anos de idade; já para ter acesso ao Conselho dos Anciãos (a quem cabe aprovar ou rejeitar as leis) os indivíduos teriam que ser casados ou viúvos e já ter completado quarenta anos. Esse intervalo entre os 25 e os quarenta anos, cujo espaço-temporal seria necessário submeter qualquer jovem antes de reconhecê-lo como cidadão, antecederia a chamada *quarentena* inaugurada pelos termidorianos.

Na década de 1820, ano do período da Restauração marcado pelo fim da experiência liberal e por forte reação política, na França, jovens com pouco mais de vinte anos se tornaram conhecidos por escrever sobre a história da Revolução. Jovens que ousavam tratar, em suas obras, do Terror como inevitável, que mostravam a geração dos tempos da Revolução com a devida distância da geração dos anos 20, distância considerada porque essa última tivera a vantagem de ser herdeira do que resultaram os conflitos do final século XVIII sem ter deles participado. Após a morte do conde de

Saint-Simon em 1825, a juventude de escritores da França e de outros países europeus passaram a difundir seus ensinamentos. As ideias socialistas pregadas pelo economista defendiam uma sociedade dirigida por uma classe industrial composta por homens de negócios, banqueiros, cientistas; pregavam a substituição daquela sociedade feudal, composta por uma nobreza parasita e ociosa, por uma sociedade industrial, onde fosse concedida honra ao mérito aos produtores mais capazes e ousados; além de combater o sistema tributário. Já nessa década, a Constituição francesa só admitia tornar-se deputado o cidadão que tivesse ao menos quarenta anos e dispusesse de uma grande fortuna, enquanto a população esperava por reformas na administração pública, na justiça e na questão tributária. Foi nesse clima de insatisfação popular que, em 1828, o jornalista suíço James Fazy publicou na imprensa sua obra *Sobre a gerontocracia*, cujo libelo fazia duras críticas à geração passada, ou seja, aos maiores de quarenta anos que governavam o país excluindo os jovens da política.

Sobre a Revolução de julho de 1830, o regime orleanista destacou-se por atender aos interesses da alta burguesia financeira (em especial os banqueiros) e por desconhecer os méritos da juventude, tratando de deixá-la de lado das deliberações públicas². Por essa razão, jovens que lutaram nas jornadas de julho tiveram a impressão de terem sido manipulados e terem desperdiçado a própria juventude. A *Comédia Humana* do romancista e jornalista Balzac é bastante sugestiva no tocante ao combate contra o novo governo de Luís Filipe: Balzac escreve lamentando a capacidade de recuperação da gerontocracia no governo após os golpes sofridos em 1830.

Apesar de ter entrado em crise na França, após os acontecimentos de julho a doutrina saint-simoniana conquistou adeptos em outros países europeus. Organizações como a Jovem Alemanha, de Karl Gutzkow (movimento de escritores socialista na Alemanha), e a Jovem Itália, de Giuseppe Mazzini (associação política que objetivava transformar a Itália numa república democrática e igualitária), aderiram à doutrina, embora mostrassem certo distanciamento da Revolução Francesa no sentido de não fazerem críticas radicais ao sistema. Indo na contra mão da *quarentena*, os movimentos criados por Mazzini apontavam quarenta anos como a idade máxima para admissão de membros.

²Fazy combateu em seus escritos jornalísticos para que a mudança do regime não se limitasse à substituição daquela aristocracia por uma oligarquia financeira (LUZZATTO, 1996, p. 216).

Na medida em que os ideais socialistas desses movimentos se difundiam em países europeus como Itália e Alemanha, na Inglaterra dos anos de 1830 jovens operários se opunham à industrialização, que amontoava a força de trabalho nas fábricas sem levar em consideração a faixa etária dos trabalhadores. Também na França, as insurreições dos trabalhadores da seda de Lyon, que ocorreram na primeira metade dessa década, já sinalizavam para a eclosão veemente dos movimentos operários da década de 1840. Foram publicadas várias obras literárias de jovens comprometidos com a causa social³ e sem êxito, a filosofia alemã tentará ocupar espaço nas fileiras do socialismo francês - em 1843, exilado em Paris, Karl Marx escreveu sobre a questão social, a exemplo da obra *História da Convenção*, que nunca terminou.

Os democratas que lutavam pelo fim do governo orleanista e a instauração de uma república democrática sentiam, em meados da década de 1840, nos anos que precederam imediatamente 1848, como se estivessem vivendo anos de cansaço, pois já havia passado mais de um quarto de século desde o início do governo de Luís Felipe. Mas enquanto o historiador e filósofo Jules Michelet também declarasse, em seu texto *Le peuple* de 1846, se sentir cansado, jovens estudiosos influenciados por suas ideias chegaram a escrever, no ano seguinte, em *La Liberté de Penser*, sobre o cansaço e a indiferença dos jovens franceses quanto à luta revolucionária pelo fim do regime orleanista. Após a revolução de fevereiro de 1848 e a instauração da Segunda República francesa, a Guarda Nacional foi substituída pela Guarda Móvel. Composta por rapazes com menos de 23 anos de idade, a nova força militar se encarregou de feroz repressão aos movimentos operários de junho. Não seria exagero do historiador, considerar esses combates como “conflitos de jovens contra jovens”, uma vez que eles também compunham as fileiras do movimento popular: “ainda na primeira metade do século XIX, as classes trabalhadoras haviam sido denunciadas como perigosas também por serem compostas, na maioria, por jovens trabalhadores” (LUZZATTO, 1996, p. 231).

Após o período de 48 a juventude de intelectuais se empenhou em escrever suas reflexões sobre os acontecimentos da França revolucionária. Dentre elas *L'avenir de la science; pensées de '48* [O futuro da ciência; pensamento de ,48], escrita pelo ex-seminarista de 25 anos, Ernest Renan, cuja obra só foi publicada quarenta anos depois, serviu de lição para os leitores da segunda metade do século XIX. Defensor de uma

³ Em 1841 Théodore Dézamy e Albert Laponneraye tinham apenas vinte anos de idade quando lançaram *L'Humanitaire e La Fraternité*, os primeiros periódicos comunistas da Europa.

espécie de teocracia dos cientistas, Renan considerava como imprescindível para o futuro da humanidade uma reforma moral e religiosa feita por uma elite intelectual que, prescindindo de qualquer referência ao sobrenatural, teria a tarefa de organizar cientificamente a humanidade.

Mostrando sua repulsa pela política e o tédio a qualquer democracia contratual, Renan descreve como pouco “entusiasmador” até mesmo o sufrágio universal que a Segunda República herdara da Primeira – através do decreto da Segunda República, foi declarado elegível qualquer cidadão que tivesse completado 25 anos. Renan lamentava por sua geração ter uma vida cômoda e banal, ou seja, uma juventude demasiado alegre e incapaz, que vivera tempos de repouso dedicando-se a arte, enquanto se referia aos jovens que participaram dos conflitos sanguinolentos de junho como uma juventude de heróis que haviam sacrificado suas vidas na sociedade política para o bem das gerações futuras.

Nas décadas de 1850 e 1860, enquanto a França vivia o Segundo Império sob o jugo de Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte, encontravam-se exilados em Londres ferrenhos opositores do governo imperial, ao redor dos quais se movimentou boa parte da juventude revolucionária. Esses emigrantes, figuras não mais jovens, criticavam veemente os gostos literários da juventude francesa. Atacavam os jovens que, ao invés de dedicarem-se pela história política e civil, contentavam-se com leituras de romances. Jovens que, em tempos de contestação contra o sistema, ficavam mais sensíveis à arte, enquanto os poucos homens de coragem se dedicavam a escrever. Além de grandes nomes da França, encontravam-se entre os chefes da emigração os russos Nicolai Ogarév e Herzen, opositores do governo czarista que haviam ganhado notoriedade entre os jovens populistas. Este último, apesar de também ter se tornado uma figura mística entre os jovens revolucionários que lutavam contra o governo czarista, na década de 1860 seus pensamentos não serviam de bandeira para muitos deles. Desinteressando-se por Herzen, a juventude russa voltava-se para os escritos de Cernysevskij, jovem que havia desafiado as distâncias e o governo czarista para ir visitar o próprio Herzen em seu exílio londrino e que pagou exílio na Sibéria por ter conspirado de fato contra o regime czarista. No verão de 1862, os jovens autores do manifesto *A Jovem Rússia*, por sua vez, atacavam Herzen, ao passo que, refletindo sobre os conflitos da França, demonstravam uma energética disposição revolucionária:

Eles se vangloriavam de ter estudado com atenção a obra dos „grandes terroristas de 92“, de tê-la comparado com a dos „pobres revolucionários de 48“ e de ter chegado à conclusão de que era necessário, para regenerar a Rússia, fazer correr mais sangue do que os terroristas franceses tinham conseguido: os machados da juventude teriam desempenhado, na Rússia, o papel da santa guilhotina (LUZZATTO, 1996, p. 236).

Ademais, outros emigrantes inspiravam os jovens russos que ousavam escrever defendendo o derramamento de sangue numa fervorosa revolução russa: é o caso de um jovem de 22 anos, Serguei Necaev, que em 1869, inspirado por Bakunin, outro líder da emigração russa, redige seu *Catecismo do revolucionário*. Nessa obra, Necaev reiteradas vezes usa a frase “o revolucionário é um homem perdido”. Essa fórmula retoma as palavras de Robespierre, quando, preparando-se para pedir outras execuções no dia 8 de Termidor, fala de sua geração como uma “geração de homens perdidos”.

Depois da instauração da Terceira República Francesa e dos acontecimentos da Comuna de Paris, os combatentes que lutaram contra as tropas do governo se dispersaram pela Europa. Com a anistia de 1880, regressaram a França compondo as tropas do general Boulanger, que promoveu o Revanchismo (movimento nacionalista que visava à retomada do território da Alsácia-Lorena e o revanche da francesa contra a Prússia após sua derrota na Guerra Franco-Prussiana). Também nessa década a Social-democracia alemã não encontraria adesão dos socialistas franceses. O sonho revanchista contra a anexação, pela Alemanha, da Alsácia-Lorena está no rol dos elementos que explicam os limites do fascínio que o marxismo podia exercer na França. Mais forte que a influência alemã na tradição revolucionária francesa foi o populismo russo: considere-se a aprendizagem intelectual de Lucien Herr. Jovem francês de 22 anos, Herr foi um revolucionário intelectual que herdou as ideias de Renan, defendendo seu moralismo intelectual e uma sociedade dirigida por uma elite científica, ao mesmo tempo em que sofria influência do socialismo russo. Seguindo Herr, tem destaque na França do século XX a figura de Albert Mathiez. Para ele, os jovens do Segundo Império seriam responsáveis pela derrota de Sedan, enquanto preconizava as ações heroicas dos combates que viveram entre o período da eclosão da Revolução Francesa até a Monarquia de Julho. Num discurso pronunciado aos estudantes de Montauban em 31 de julho 1899, Mathiez, então jovem de 25 anos, fala dos riscos que corria a Terceira República ameaçada pelos arrivistas e seu individualismo, pelos estetas e uma literatura

que corrompe a juventude. Apostava na força da revolução pacífica e calma dos cientistas, ao mesmo tempo em que também herdava o moralismo de Renan:

... ele sublinhava assim aquele desprezo pelos prazeres da vida, pelas alegrias que os jacobinos anteriormente reprovaram nos dantonistas, até puni-los com a morte; prazeres que Renan, por seu lado, observara com escândalo e que Lavrov havia denegrido como os apetites anônimos e obscuros de quem estava condenado a uma existência puramente zoológica (LUZZATTO, 1996, p. 236).

Mathiez reconhecia nos acontecimentos históricos da Revolução Francesa o primado da subjetividade e do voluntarismo revolucionário dos jovens. Na mesma época, Lenin usava tal primado como linha política. Contudo, as lutas políticas dos niilistas e dos populistas contra o governo czarista faziam com que Lenin, ainda jovem, olhasse mais para o passado de lutas dos seus precedentes russos do que ter a França como referência revolucionária.

No início do século XX, a ideia de guerra parece ter dominado a mentalidade de muitos jovens europeus, até mais que a ânsia de lutar pelo socialismo dos operários. Os ideais patrióticos de liberdade e nacionalidade defendidos pela burguesia atraíam tanto os jovens estudantes ao ponto de uma manifestação operária em Viena, Áustria, suscitar uma contramanifestação dos estudantes em 1908. Mas os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, fez com que os intelectuais socialistas e os jovens combatentes repensassem o mito da Grande Guerra – antes dessa data acreditava-se na regeneração da humanidade através de uma grande guerra e em 1906 o italiano Filippo Tommaso Marinetti lançou um manifesto onde fala da necessidade de eclodir uma grande guerra que daria fim aos conflitos das revoluções e das guerras e faria a “higiene do mundo”. Em 1917, Jean de Saint-Prix, jovem de 21 anos que fora dispensado do exército por problemas de saúde, através de cartas escritas ao romancista Romain Rolland, expressava sua inquietação e desconforto frente a Grande Guerra. A partir desse ano, Saint-Prix se dedicara ao movimento Zimmerwald, movimento antimilitarista composto por socialistas que defendiam uma revolução do proletariado pelo fim da Primeira Guerra Mundial.

Mas a história da juventude no Ocidente nos mostra outra face dessa categoria. De uma juventude de combatentes e escritores, a Europa do século XX emergiu como palco de problemas atrelados a delinquência infanto-juvenil e que carecia de respostas

urgentes dos governos de vários países. Nas primeiras décadas desse século a crescente atenção do Estado com a juventude, e em especial com o menor, foi notada em vários países ocidentais. A contribuição de saberes como a medicina, a psicologia e a pedagogia aprofundou o projeto sociopolítico que tinha a função de promover o desenvolvimento intelectual da criança, além de pretender defendê-la do perigo físico, sexual ou moral. A noção de infância desajustada abrangia desde crianças órfãs e com deficiência física às delinquentes - segundo Henriques (2015), delinquência pode referir-se a qualquer infração criminal que tenha como autores crianças e adolescentes ou a comportamentos desviantes da norma instituída.

Como resposta ao problema da delinquência, vários países europeus passaram a enquadrar legal e institucionalmente estes indivíduos. A partir de 1911, Portugal, valendo-se de especialistas e saberes científicos, passou a contar com a Lei de Proteção à Infância (LPI), de 27 de maio. Com a publicação da Organização Tutelar de Menores em 1962, mecanismos de proteção com caráter repressivo e punitivo foram gradativamente sendo substituídos por mecanismos educativos que ponderavam a observação sobre o menor, ou seja, a observação da sua personalidade, suas condições de vida e seu contexto familiar. Aprofundando a ideia de máxima proteção ao menor em Portugal, “a OTM de 1978 assumia como elemento central de reforma a capacidade de recuperação social dos inadaptados em contextos não judiciários” (História: Questões & Debates, 2015, p. 231). Juntamente com as comissões de proteção de menores foram criados os Centros de Observação e Ação Social. Com esses avanços o Estado protegia os menores tirando-os das malha do Tribunal de Menores, instituição em funcionamento desde a década de 1940, oferecendo para os infratores e desviantes da ordem instituições de internamento.

Em decorrência do processo moderno de globalização, nas três últimas décadas do século XX Portugal foi foco de influências de outras *culturas juvenis*. A indústria cinematográfica dos Estados Unidos e as bandas que tinham os seus componentes como heróis da juventude estão no rol dessas influências. Além disso, o consumo de drogas como Marijuana, Haxixe, LSD ou álcool entre as faixas etárias mais novas, na década de 1970, já era um problema que estava se agravando subitamente. Funcionando como instituição atuante na solução contra o problema da droga e da delinquência, o *Centro de Estudos da Profilaxia da Droga*, criado em 1976, era composto por especialistas biopsicossociais que faziam um acompanhamento progressivo dos jovens com condutas

associais ou antissociais. Contando com os saberes das Ciências Humanas, a instituição ponderou uma nova ótica sobre o delinquente, afim de melhor compreendê-lo: ao invés de ser visto de modo isolado como era antes, o menor delinquente passou a ser percebido com os fatores socioculturais que o circunda. Passou-se a considerar:

As carências educativas da família e a falta de imagens paternas válidas; a reprodução de condutas do desvio; a estigmatização social; as condições de habitação „deploráveis“ ou a rejeição pela escola de crianças provenientes de meios mais desfavoráveis (História: Questões & Debates, 2015, p. 236-237).

Junto à escola e à comunidade, a família foi considerada um dos principais responsáveis pela prevenção e recuperação dessas crianças e jovens. A existência de um lar harmonioso e estruturado, com a presença do pai e da mãe, era considerada a instituição primária de socialização. Em articulação com a família, a escola deveria assumir um papel relevante na inclusão social dos menores marginais. Mas apesar de ser imprescindível na preparação da vida futura e da autonomia do indivíduo, o ingresso na instituição escolar também indicava o início de uma jornada cheia de castigos e frustrações. Quando os atores educativos não levavam em consideração algumas especificidades e dificuldades das crianças e jovens, além do seu meio de origem, a escola poderia está formando discentes com comportamentos inadequados. Em resposta a esse caráter “potenciador do desvio” criado por várias escolas, a OTM de 1978 teve papel decisivo na criação de instituições escolares de reeducação com medida tutelar de internamento. Compreendendo a criança/jovem e também aquilo que o circunda e o influencia, o novo estabelecimento se incumbia de combater as más experiências escolares atreladas à ideia de escola com que o jovem chegava ao internato. Assim, investindo nas ciências sociais, humanas e comportamentais, o Estado, a Família e a Escola atuaram em conjunto na construção social da infância que deveria ser protegida da delinquência, nas últimas décadas do século XX, em Portugal, tendo destaque o papel da Psicologia.

Capítulo II: Juventude brasileira e sociedade – um percurso comum

Tanto a fase da adolescência, quanto da juventude são etapas que, para sua percepção e compreensão, devem ser levados em conta marcos etários. São categorias que ora se superpõem, ora se constituem como etapas diferentes, mas são complementares. Apesar da idade não ser o bastante para definir as categorias “adolescência” e “juventude”, através de delimitações etárias as políticas públicas vêm atendendo essas categorias, reforçando a noção de distinção entre essas etapas da vida.

Tendo em vista que a categoria etária não é suficiente para análise do adolescente e da juventude, mesmo sendo necessária para um recorte inicial, a variação dessa abordagem, baseada em recortes etários, pode variar de sociedade para sociedade e na mesma sociedade ao longo do tempo. No Brasil, por exemplo, outra questão que separa o jovem na fase da adolescência e o jovem adulto é a escola e o trabalho: segundo o Documento de Conclusão do Projeto Juventude, o estudo aparece como atividade dominante entre quase todos os adolescentes enquanto o trabalho ocupa cerca de 90% dos jovens com mais de vinte anos.

Dentro da categoria juventude, em diversos tempos e espaços, existem diferentes construções da identidade do jovem, cuja construção é determinada por condicionantes familiares, culturais e históricos. Para Léon (2005) a identidade do jovem refere-se, obrigatoriamente, ao ambiente em que este está inserido. Segundo ele, a noção de identidade geracional, entendida como a identidade juvenil de uma dada geração, pode ser determinada por estilos de vida.

Assim como noutros lugares, no Brasil, movimentos e organizações de jovens aparecem com diferentes propósitos e características ao longo da história. Ou seja, em diferentes épocas grupos de jovens aparecem na história protagonizando movimentos que o identificam com determinado grupo juvenil.

Desde o século XIX já havia organizações de jovens que participavam do movimento abolicionista. Durante a primeira metade do século XX a presença juvenil teve destaque em movimentos como o Movimento da Semana de Arte Moderna, o Tenentismo e a fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Durante a Ditadura Militar, nas décadas de 1960 e 1970, os jovens estudantes se organizaram em movimentos estudantis e sindicais defendendo suas tendências político-ideológicas. Esses movimentos, juntamente com o consumo dos padrões estéticos perceptíveis nos novos gostos musicais, também caracterizam a juventude como um grupo social que se destacam nessa época por experiências de vida livres e autônomas.

O Cinema Novo, assim como o teatro e a música de protesto, entre o período da ditadura militar e o início da redemocratização, contribuíram para a construção estereotipada do jovem rebelde. Mas enquanto parte dos jovens se opunham ao regime (dos quais muitos faziam parte da classe média intelectualizada: estudantes politicamente ativos, artistas, jornalistas) em vários setores sociais eles apoiaram a ditadura ou se mostraram indiferentes. Com o milagre econômico e a abertura de parte do mercado de trabalho, muitos jovens dessa parcela da sociedade dedicaram-se a uma cultura do lazer sem se preocuparem com o uso da arte como forma de protesto sendo, por isso, taxados de alienados pelos engajados.

A arte engajada, em especial a música de protesto presente nos “festivais da canção”, representou uma via de manifestação política disfarçada, mas também fez parte do cotidiano de muitos jovens que apenas estavam vivenciando “o calor do momento” sem nem ao menos saberem como funcionava a resistência dos grupos armados que se opuseram ao regime. As minisséries brasileiras, criando uma nova uniformização da memória, reforçaram os estereótipos “entre „os bons” que se opuseram ao regime e os „maus” que o apoiaram”: é o caso da minissérie “*Anos rebeldes*” (1992), que enfatiza a autodescoberta dos “alienados”.

Nos anos de 1980, em virtude da intensificação da repressão, iniciada ainda na década de 1970, a atuação das organizações juvenis passou a não se dirigir veementemente à política. Surgiram assim movimentos sociais específicos como, por exemplo, o Movimento Cultural Hip-Hop. Mas apesar dessa mudança de participação nos espaços de sociabilidade, ainda havia formação de movimentos estudantis voltados para a política, a exemplo das manifestações dos “carapintadas” em prol do impedimento do exercício da presidência de Fernando Collor de Mello, na década de 1990. Nessa década, “os jovens atuam de forma diluída e fragmentada nos movimentos culturais e lúdicos” (SOFIATI, 2007, p. 4).

A partir de 2001, o Grupo Técnico Cidadania dos Adolescentes, formado por entidades como ONGs e órgãos da administração pública, apresentou propostas políticas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda, cujas propostas foram debatidas em teleconferência nacional no ano seguinte e apresentadas a vários ministérios da presidência em 2003. Tendo a adolescência como fase do ciclo da vida que exige cuidados e proteção especiais, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que atuava no assunto desde o final do século XX e considerada uma das leis mais avançadas do mundo, “estabelece direitos singulares da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade (FREITAS, 2005, p. 7).

Capítulo III: A juventude que quebra padrões: uma abordagem histórica da legislação e políticas públicas sobre a questão

Para além dessa juventude que se insere na sociedade, na tentativa de transformá-la a seu gosto, enveredamos para a descoberta dos que se desviam de uma totalidade, e adentram o mundo da criminalidade. A delinquência juvenil é uma preocupação que remonta ao século XIX, o que vem nos provar que desde muito os menores infratores são uma realidade nacional.

O olhar oficial sobre a juventude infratora e a sua responsabilidade penal se baseia na conceituação do *menor*. Do período colonial ao século XIX o conceito *menor* aparecia como critério de limite etário para que os adolescentes assumissem responsabilidades civis ou canônicas ou tivessem direito a emancipação paterna. Menores de 25 anos eram proibidos, por lei, de se casar.

Nesse século, os juristas concebiam o “menor” como aqueles filhos “de famílias” ou órfãos devidamente sob tutela, mas *menor e menoridade* também foram termos utilizados por juristas para definir a responsabilidade penal dos indivíduos. Em 1830 o Código Criminal do Império definira três períodos de idade para a responsabilidade penal, sendo que a maioridade seria atingida aos 21 anos de idade. Mesmo sendo consideradas “menores” até essa idade, as responsabilidades penais das pessoas podiam começar antes dos 10 anos de idade, podendo começar dos sete ou nove anos, dependendo do juiz. O que nos leva a aduzir que tal compreensão ocultava a categoria “juventude”, embora de maneira reptícia estivesse presente a questão.

O Código Penal da república brasileira, inspirado no código italiano da época, considerava passíveis de serem julgados como criminosos e de serem recolhidos em estabelecimentos disciplinares industriais – cujas instituições ponderavam a pedagogia do trabalho coato como meio para o enquadramento dos menores no regime produtivo e para sua regeneração – os menores de 17 anos e maiores de nove anos que agiam com “discernimento”, conceito onde giraram em torno inúmeras polêmicas. A determinação da idade de 18 anos como marco limítrofe entre a menoridade e a fase adulta, carregada pela responsabilidade penal ali imposta, só foi fixada em dezembro de 1940, através do Decreto-lei 2848. A juventude continuava incompreendida pelos juristas brasileiros e tal incompreensão se alastrava por outros campos de saber.

No início do século XX, fatores como o fim do sistema escravista, a entrada de mão-de-obra imigrante e o impulso da economia cafeeira fizeram com que São Paulo virasse palco de uma verdadeira explosão demográfica, acompanhada pelo crescimento industrial. Conforme cresciam paulatinamente a urbanização, o comércio e o mercado de serviços, também cresciam “a miséria, a exclusão social, a violência e a pauperização de vastas camadas populacionais, excluídas do universo da produção e do consumo” (SANTOS, 2002, p. 228) – o que resultou no aumento da ocorrência de crimes que tinham como autores os menores de idade. Na tentativa de sobrevivência os menores se inseriam cedo em práticas ilegais como roubo, prostituição e mendicância nas ruas. Menores que perambulavam nas ruas como mendigos, abandonados ou pedindo esmolas eram frequentemente capturados pela polícia por crime de “vadiagem”.

Crianças e jovens que povoavam as ruas e praças do centro da cidade, abandonadas material e moralmente por seus pais ou tutores, o Estado ou a sociedade, viraram alvo de críticas e preocupavam os juristas. É exatamente o abandono moral dos pais aos filhos que juristas como Evaristo de Moraes reprovavam, e que diz respeito à falta de autoridade paterna que deixava as crianças entregues à sua própria vontade. As ruas eram apontadas como lugares propícios para aliciar os menores aos vícios e ao crime em geral. Eram lugares que refletiam as marcas de uma modernidade, mas também seria palco da desagregação onde, onde somado à falta de autoridade dos pais, crianças viviam à vontade e se inclinariam para o crime:

São os pais de família, que cedendo aos vícios (álcool, jogo, vadiagem), não exercem sua autoridade e acabam corrompendo os filhos; são as mulheres que, aceitando as propostas indecorosas dos homens e trazendo ao mundo filhos sem pai, estão minando as bases que garantem „a ordem moral da sociedade (LONDOÑO, 1996, p. 137).

Desempenhando uma função que ia além do seu dever, a polícia passou a agir de forma arbitrária quando apreendia os menores: ditava quem deveria ou não passar da inquirição para a detenção; também decidia se prendia o menor, fazia o encaminhamento judicial ou o dispensava. Mesmo assim, a polícia estava sempre atuando sobre essas crianças e jovens sem ocupação na cidade de São Paulo a fim de tirá-los das ruas, cujos menores eram tidos como incapazes e sem função.

Em meados do século XIX os Estados Unidos contavam com as primeiras instituições de caráter regenerativo para menores a partir da adoção de uma educação

voltada para o trabalho e uma disciplina rigorosa. Já a partir do século XX contava com leis que concediam aos juízes o direito de intervir nos lares e cotidiano das famílias quando essas habitações eram consideradas, pelas autoridades, como locais que propiciavam e influenciavam a inclinação das crianças para o crime. Essas transformações nas legislações americanas e europeias fizeram com que os juristas brasileiros passassem a querer participar dos avanços do ocidente – a introdução da puericultura na virada do século XIX ao XX, por exemplo, nasceu do interesse dos juristas brasileiro com a menoridade.

Devido ao Estado não dispor de um serviço organizado de assistência ao menor, frente à urgência da situação, fez-se uma série de acordos com as casas particulares de assistência no sentido de provê-las com verbas e para que elas recebessem jovens e crianças antes encaminhados à polícia. A Santa Casa de Misericórdia, que era uma instituição de assistência ao imigrante no final do século XIX, mas também contando, no início do século XX, com um serviço de abrigo para crianças, tornou-se uma instituição relevante para esses serviços assistenciais. Não havia instituições suficientes e o envio de crianças à Santa Casa de Misericórdia não se dava de uma maneira formal e nem tampouco com o envolvimento direto do judiciário.

Também havia em São Paulo, desde o século XIX, institutos privados de recolhimento dos menores. Fundados por congregações religiosas ou particulares ligados ao comércio e à indústria, essas instituições dispunham, assim como as casas de assistência ao menor citadas anteriormente, de quantidade limitada de vagas para menores enviados pelo Estado. Em virtude da grande demanda de instituições públicas, das pressões de juristas e autoridades policiais e do aumento da criminalidade, foi elaborada pelo secretário da Justiça Bento Bueno a Lei nº 844, de 1902, que autorizava o governo a fundar um instituto disciplinar e uma colônia correcional. Esse último recebia maiores de 14 anos e menores de 21, enquanto o instituto disciplinar acolhia menores entre nove e 14 anos de idade. Ao ingressar no instituto disciplinar o menor era submetido à registro de matrícula, interrogatório e exame médico, além de serem tirados suas medidas antropométricas e fotografias, para depois receber seu uniforme.

Lá os menores eram integrados às frentes de trabalho (inicialmente ao trabalho agrícola), recebiam aula de atividades físicas, tinham instrução militar, como manejo de armas e exercícios de combate, e aula de educação cívica. Como as atividades

começavam cedo e duravam até o término do dia, não havendo para os jovens momentos de lazer, eram frequentes os protestos e as conseqüentes punições, além das fugas motivadas pela rebeldia dos menores que recusavam sujeitar-se às medidas autoritárias de reabilitação do caráter. Privação do recreio, isolamento nas refeições, cela clara com trabalho e cela escura são exemplos de aplicações de castigos no instituto, sendo aplicados de acordo com o delito praticado. Por outro lado, o sistema de recompensas que militarizava o cotidiano dos jovens lhes conferia benesses como lugares de honra à mesa nas horas das refeições, suprimentos de frutas, empregos de confiança, elogios em particular ou em público e diversos prêmios. A liberdade era proposta pelo diretor, que usava critérios como boa conduta e aplicação, ou se dava através dos pedidos de soltura pelos pais ao juiz. Esse último meio de soltura era muito recorrente, o que causava indignação à diretoria e às autoridades em geral.

Com a emergência de um incipiente movimento operário, a ação policial da cidade de São Paulo intensificou-se, alimentando os anseios das elites, atuando sobre operários e visando assegurar a ordem pública. Em 1927 foi criado o primeiro Código do Menor. Até esse ano não existia uma legislação de proteção ao menor e casos como admissão de menores de 12 anos no trabalho e a aplicação de uma legislação que permitia menores entre 16 e 21 anos condenados dividir espaços de reclusão com adultos comprovam o abandono ao menor.

A criança enxergada como futuro, como “garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir” (LONDOÑO, 1996, p. 138), passou a ser visto pelos juristas como vítima da falta de educação intelectual e afetiva. Visando métodos preventivos que consistiam em dar mais assistência ao menor, deslocando-o das ruas para a escola e deixando de tratá-los como caso de polícia, o Estado criou instituições destinadas à regeneração desses menores - a Lei 4.242 de 1921 autorizou o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e aos Delinquentes, cujo serviço foi regulamentado em 1923.

A visão do trabalho como meio de integração social, e entendido como dignificador do indivíduo, ganhou força. A criança inserida no mercado de trabalho era vista como um menor que, através do trabalho, se distanciava da ociosidade e vadiagem em que se encontravam os menores infratores nas ruas. Assim, a partir do Decreto-lei 17.343/A de 1927 o trabalho do menor passou a ser regulamentado.

Em meados da década de 1930 o tratamento com o menor se dava pela preocupação com o seu bem estar e o seu engajamento ativo no setor industrial. Em 1932 a idade mínima permitida no trabalho foi reduzida de 14 para doze anos, e embora sendo proibido o trabalho noturno aos menores de 18 anos seu exercício só era considerado noturno a partir das 22 horas – antes, na regulamentação de 1926, era considerado noturno aquele trabalho realizado a partir das 19 horas. Com a Constituição de 1934 o Estado mostrou uma maior preocupação com a questão da criança e do trabalho: o trabalho de menores de 14 anos só seria admitido com permissão judicial e o trabalho nas indústrias insalubres foi proibido aos menores de 18 anos.

Na ditadura militar, o problema do menor infrator ganhou maior atenção do Estado e deslocou-se do âmbito social para torna-se problema público. Ao governo federal coube a tarefa de introduzir na sociedade, através da educação estatal obrigatória, valores normativos atrelados à ordem. Em 1965 foi apresentada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor - PNBEM, através da Lei 4.513 de 1/12/1964.

No mesmo ano foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Contando com uma equipe técnica especializada, a FUNABEM entrou em funcionamento a partir de 1968, no então estado da Guanabara. A FUNABEM, juntamente com as instituições socioeducativas ligadas a ela nos outros estados brasileiros, propunha a atualização dos métodos educativos dos menores infratores e com problemas de conduta; buscou assistir o menor que se encontrava em condição de carente e próximo à situação de marginalização; adotou meios para prevenir e corrigir os comportamentos reprováveis dos menores; além de atuar não só com fundamentos paliativos, buscava proteger a criança na própria família. Essa política tinha como meta o almejado bem-estar nacional, que se daria conforme o Brasil se distanciava da condição de país subdesenvolvido, além de ter como elemento norteador a ideia de sempre alcançar o melhor da Democracia. O bem-estar se dava através da introdução dos Objetivos Nacionais Permanentes na sociedade, e para atingir tal patamar o Estado deveria ter a defesa da família como valor universal.

A desorganização da família resultava na marginalização dos menores. Tendo os pais dessas famílias como despreparados para o dever de educar, o Estado legitimou-se como agente capaz defender os menores. Seria imprescindível educar para o casamento e para a formação de lares harmoniosos, ambiente de amor e segurança em que as

crianças cresceriam. Frente ao paradoxo de uma potência emergente convivendo com o problema da marginalização, fez-se necessário a criação de uma fundação austera como a FUNABEM. Para ela, a desorganização familiar, causada pela falta de proximidade ao chamado padrão cultural ocidental, requeria o esforço conjunto da família e da comunidade em que determinados menores estão inseridos, a fim de evitar a marginalização. O problema da marginalização, durante os anos da ditadura militar, foi considerado como problema nacional pela ESG – Escola Superior de Guerra. Como instituição capaz de definir os parâmetros da “era desenvolvimentista”, a ESG agiu de modo a impedir os avanços das manifestações políticas operárias. O desenvolvimento somado à segurança resultaria num Estado forte que, por sua vez, tinha como missão afastar o inimigo interno, corporificado na práxis marxista. Considerando os aspectos biopsicossociais dos infratores, o corpo técnico das instituições agiu a serviço da estabilidade institucional e a ordem estatal.

Assim como o Rio de Janeiro, nos anos da ditadura militar, São Paulo também contava com serviços de assistência institucional para o menor e que remonta ao ano de 1954. Através da Lei 2.705 de 23/7/1954 foi criado o Recolhimento Provisório de Menores – RPM, que atendia os menores na faixa etária entre 14 e 18 anos, e em 1959 foi criado o seu correlato, o Centro de Observação Feminina – COF. Porém, esses órgãos mostraram-se insuficientes para atender, de maneira satisfatória, a demanda nos primeiros anos da década de 1970. O RPM, por exemplo, além de possuir um caráter carcerário, comportava grandes quantidades de jovens em condições de maus tratos, a falta de educação técnica era frequente, os internos não eram separados conforme o grau de periculosidade apresentado; enquanto na COF, a falta de equipe técnica-administrativa capacitada, também deixava claro a falta de um serviço mais efetivo de assistência ao menor. Os intelectuais da época atribuíam esses problemas à necessidade de uma reformulação na prática de tratar a questão do menor em São Paulo, cujos métodos deveriam ter como referência os serviços da FUNABEM do Rio de Janeiro. Seguindo a lógica da FUNABEM e tendo como porta-voz a XI Semana de Estudos dos Problemas do Menor, Laudo Natel criou em seu governo, através da Lei 185 de 12/12/1973, a Fundação Paulista da Promoção Social do Menor - PRÓ-MENOR. No governo seguinte, de Paulo Egydio Martins, o PRÓ-MENOR deu lugar a uma nova instituição que continuou seguindo as diretrizes e normas da PNBEM: a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM. Essa última foi presidida por Mário

Altenfelder, pediatra e articulador da PNBEM que denunciava a situação paulista como resultado do atraso em se adequar a essa nova política. Dessa forma, a FEBEM trouxe como novidade para o tratamento ao menor, pontos ponderados na PNBEM e posto em prática pela FUNABEM: capacitação de um corpo técnico especializado para uma análise interdisciplinar do menor, analisando o infrator a partir dos seus componentes biopsicossociais; o atendimento às suas necessidades básicas como educação, saúde, recreação, amor e compreensão; e a defesa e proteção do menor na família.

Capítulo IV: Juventude infratora: as tentativas de resolução do problema na Paraíba

Assim como nos demais estados brasileiros, na Paraíba do século XX foram nascendo fundações ligadas a FUNABEM destinadas a resolver o problema do menor. Como tratado na entrevista concedida para realização desse trabalho⁴, as instituições paraibanas foram aumentando e aprimorando seu atendimento conforme a FEBEMAA – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor “Alice de Almeida”, que também se ligou a FUNABEM, fornecia recursos e apoio a elas. A FEBEMAA foi criada na Paraíba com caráter preventivo, durante a década de 1960, por Alice de Almeida, esposa do governador José Américo de Almeida, que foi governador do estado entre 1951 e 1956. Com a criação Lei nº 3. 815 o funcionamento da FEBEMAA passou a funcionar nos moldes das outras Febems estaduais e, assim como elas, com o objetivo de prestar assistência a menores. A fala da entrevistada explica com mais detalhes a atuação da fundação sobre essa questão:

Digamos, você tinha uma ONG, se eles sonhassem que nós dois tivesse uma ONG nessa casa, a Fundac já ia saber como é que tavam essas crianças, como é que comiam, como se alimentavam, se iam para a escola, quem era responsável pela ONG. Então ela entrava com dinheiro e respondia juridicamente e humanamente pela aquela instituição (GRECO, 2018).

Foi informado também que, nessa década, os menores brasileiros começaram a ser inseridos no mercado de trabalho através de convênios da Fundação com empresas que receberiam esses menores. Na Paraíba, por exemplo, havia núcleos preventivos que selecionavam jovens que não tinham comportamentos desviantes e viviam em situação de pobreza. A Fundação tinha convênio com a Celb, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Detran. Em Campina Grande, havia um núcleo preventivo que fazia a seleção de menores e podia enviá-los para o supermercado Hiper Bom Preço. A entrevistada explicou como se dava esse convênio:

Conforme o comportamento do adolescente, a Fundac, é..., colocava, ela tinha o convênio, colocava o menino no Banco do Brasil para ser

⁴Entrevista concedida pela assistente social da instituição “Lar do Garoto Padre Otávio Santos” Maria da Penha Ferreira Greco, no dia 19/11/2018, em Campina Grande – PB.

office boy, colocava o menino no Bom Preço para embrulhar pacote, colocava o menino na Celb para fazer recado, colocava o menino na Caixa Econômica (GRECO, 2018).

Segundo a entrevistada, havia menores participantes desse convênio que, quando adultos, se tornaram profissionais reconhecidos. Tem recordação de um candidato a deputado federal e de um atual funcionário do Hiper Bompreço que ocupa um alto cargo nessa empresa.

Da década de 1980 até o início dos anos 90 a Fundação contava com 42 núcleos preventivos nas maiores e principais cidades do estado da Paraíba, dentre elas as cidades de Cajazeiras, Pombal, Sousa e Patos. Dessa totalidade muitas não existem mais e as poucas que existem, a exemplo de Sousa, passaram, em 1993, de caráter preventivo para instituições de internação. Nessa década, a FEBEMAA mudou seu nome para Fundac – Fundação de Desenvolvimento da Criança do Adolescente.

Muitas dessas instituições começaram seus funcionamentos antes da criação da Fundação. Para melhor compreensão da atenção do estado da Paraíba com a questão do menor, nos próximos parágrafos esse trabalho trata da história de algumas delas e sua atuação no estado da Paraíba.

Na década de 1940, foi criada como instituição de caridade, na cidade de João Pessoa, a Maternidade Cândida Vargas, atual Instituto Cândida Vargas. Na maternidade eram deixadas crianças recém-nascidas abandonadas pelos pais. Com o aumento da chegada de bebês na segunda metade do século, foi criada próxima à maternidade a instituição Lar da Criança Jesus de Nazaré. A instituição recebia os recém-nascidos que eram anteriormente encaminhados à maternidade. Os bebês abandonados eram internados no Lar da Criança Jesus de Nazaré e eram adotadas por pessoas que procuravam a instituição com esse fim. Ali, como explicou a entrevistada, eram assistidas crianças com problemas de saúde como autismo ou epilepsia.

Também havia em João Pessoa uma instituição que recebia apenas adolescentes do sexo feminino, chamada Bom Pastor e também apoiada pela fundação. Quando a menor desobedecia, os pais a encaminhavam para a instituição Bom Pastor. Lá as garotas aprendiam a bordar, costurar.

Na cidade de Mamanguape teve destaque no atendimento às crianças e jovens abandonados ou que cometeram ato infracional o Centro de Educação Produtiva –

Pindobal. Segundo Tâmara (2013), a escola foi criada em 1930 através do Decreto-lei 1.606 de novembro de 1929, quando a Província da Parahyba estava sob o governo de João Pessoa (1928 – 1930), com o nome de Centro Agrícola Pindobal. Seu nome faz referência ao nome do distrito da cidade onde está localizada a instituição, cuja área rural localiza-se a aproximadamente seis quilômetros do centro da cidade de Mamanguape. No período colonial, esse era o nome de um engenho localizado naquela região de progresso açucareiro, que, por sua vez, herdou o nome de uma árvore que ali existia, cuja árvore ficava em frente à instituição servindo como ponto de referência. Conforme mostra Tâmara (2013) em sua pesquisa para a dissertação de mestrado “A Criminalização da Juventude Pobre na Paraíba: Reflexões acerca das Mudanças e Permanências”, ainda em 1930 o nome da instituição mudou para Centro Agrícola Presidente João Pessoa:

No Arquivo Geral do Estado pesquisaram-se jornais do ano de 1930. No jornal A União, datado de 07 de agosto de 1930, na „Parte official“, foi encontrado o decreto nº 1. 683, assinado por Álvaro Pereira de Carvalho, então presidente da província devido ao assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930. Esse decreto muda o nome do Centro Agrícola Pindobal para „Centro Agrícola Presidente João Pessoa“ e cita o decreto de criação: 1.606 de 14 de novembro de 1929 (AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa, 2013, p. 80).

Nomes como Escola Correccional Presidente João Pessoa e Centro Agrícola também constam em livros e documentos oficiais da época. Entre os anos de 1934 a 1940 passou a ser Escola Profissional Presidente João Pessoa.

Através do Decreto-lei nº 1.672, de 10 de junho de 1930, instituições de atendimento ao menor, a exemplo de Pindobal, seriam regulamentadas, para, assim, ter a função de receberem menores delinquentes e abandonados entre 12 a 18 anos, educando-os de maneira que pudessem adquirir uma profissão e voltassem regenerados à sociedade, vivendo honestamente. A instituição tinha, nos primórdios do seu funcionamento, um caráter de patronato agrícola; havia um regimento militar, onde havia hora para tudo e as crianças comportavam-se como soldados, indo dormir após o som de uma corneta. Entre as décadas de 40 e 80 o funcionamento e a gestão de Pindobal passaram por mudanças: através de um contrato entre o governo do estado e a congregação Coração de Jesus, durante a década de 1940, a instituição passou a ser administrada por padres holandeses dessa congregação, havendo um regime rigoroso de punições, humilhações e torturas; já entre as décadas de 50 a 80 a instituição ganhou

equipes técnicas especializadas com novos profissionais, novas oficinas e cursos profissionalizantes; ademais, foi construído, em 1977, um colégio estadual na região de Pindobal, oferecendo, assim, vagas a alunos que antes precisavam caminhar até o centro da cidade de Mamanguape.

Mas apesar de todos os avanços ocorridos durante essas décadas, o ano de 1983 aparece, como mostra Tâmara (2013), como marco na história de Pindobal. A partir dessa data o estado, através de novos decretos, passou a conceber o menor de maneira diferente. Para entendermos o que mudou com a lei e o que permaneceu em conflito com ela, é necessário voltarmos no tempo desde a criação da instituição em 1930. Desde 1927 o problema do menor abandonado e delinquente no Brasil, era regido pelo Código de Menores. Através do decreto de regulamentação supracitado, o Código de Menores dispunha que, para garantir a ordem e a disciplina os funcionários das instituições do Estado deveriam atuar “com o máximo respeito e a necessária severidade” (A UNIÃO, *apud* TÂMARA, 2013, p. 95). Embora não esteja explícita na lei a aplicação de castigos, eles ficaram reservados aos regimentos internos da instituição: havendo a necessidade de “reforma do caráter”, crianças e jovens apanhavam e sofriam torturas como ficar acorrentadas nas cafuas - que eram celas isoladas e com grades de ferro, utilizadas como punição, onde eram enviados, principalmente, os menores que fugiam. Os castigos se davam geralmente quando as ações dos internos iam de encontro às normas institucionais ou mesmo quando os internos não obedeciam a essas normas, a exemplo de, não ir à missa ou chegar atrasado para entrar na fila. O regimento da instituição seguia uma lógica militar, que por sua vez controlava o tempo de cada afazer dos internos. Havia hora para acordar, se alimentar, trabalhar, estudar e ir à missa.

No primeiro ano do governo de Wilson Braga (1983-1986), o jornal A União noticiou que “a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice de Almeida - FEBEMAA, responsável por gerir políticas públicas para crianças e adolescentes na Paraíba iria ampliar os programas assistenciais” (TÂMARA, 2013, p. 81). Ligada a FEBEMAA, Pindobal passou, em 1983, a se chamar Centro Educacional do Menor – CEM / Mamanguape e, com patrocínio da FUNABEM, passou por algumas mudanças, como “reativação da minigráfica, ampliação do refeitório e do pavilhão, compra de uma Kombi” (TÂMARA, 2013, p. 99). Além do aumento do número de assistentes sociais também houve o aumento do quadro de psicólogos. O aumento desse quadro se fez frente à preocupação com a humanização no tratamento às crianças que apresentavam

distúrbio, sendo os responsáveis por tais mudanças o gestor de políticas públicas, a direção da instituição, o juiz de menores e o desembargador. Junto ao delegado da Delegacia de Menores, eles defenderam, numa mesa redonda, a adoção de menores abandonados, ressaltando que o Estado deveria investir nessa questão. A direção, como consta numa matéria do jornal A União de 1983, mostrava que aquele lugar não seria mais lugar de torturas, castigos e humilhação, como no ano de sua criação; a partir da década de 1983 Pindobal, como continuou sendo chamada mesmo após ter sido mudado seu nome, não seria mais um lugar que recebia menores considerados perigosos, mas sim menores abandonados. Mesmo nessa década continuou existindo práticas punitivas contra os menores e apesar de os gestores de políticas públicas da época, juntamente com a direção da instituição, afirmarem que essa imagem negativa de Pindobal não mais condizia com a realidade e que a instituição não era mais um lugar que receberia menores infratores, segundo Tâmara (2013), mesmo assim, aquele lugar continuou recebendo menores delinquentes, enquanto havia uma tentativa da direção de provar que Pindobal não era mais um local para criminosos. Embora havendo tal tentativa de extinguir essa imagem, permaneceu, desde sua criação, um imaginário negativo sobre a instituição. Com relatos de terror sobre a instituição, pais e mães ameaçavam levar seus filhos para lá quando queriam que estes lhe obedecessem. Trago na íntegra um trecho de uma das entrevistas abordada por Tâmara (2013) em seu trabalho, cuja fala traz a existência desse imaginário em torno de Pindobal:

Quando eu fazia o primário (...) tinha aluno de Pindobal que estudava lá. (...) Ele era muito discriminado e tal (...). Porque Pindobal tinha aquela coisa de marginalidade (...) eu lembro que quando eu era pirralho, até minha mãe mesmo dizia „se você começar a dar trabalho eu boto você em Pindobal” (...). Dizem lá que extraíam dente lá dentro sem anestesia, só de castigo (...) (Ivanovitch, 1980).

Outro fato que evidencia a entrada de menores criminosos diz respeito à fuga de 14 jovens, em janeiro de 1984. Esses jovens seriam enviados inicialmente para o Centro Educacional do Menor – CEM de João Pessoa, lugar que recebia menores infratores, não sendo possível o seu ingresso devido à instituição está passando por reformas. Após doze horas de sua chegada à Pindobal, os jovens tentaram incendiar a cozinha antes da fuga. Quanto às medidas aplicadas aos menores naquela instituição, vale ressaltar que, apesar de haver medidas educacionais e profissionalizantes, os a direção relata que os jovens daquela instituição nem sempre estavam interessados em aprender: “segundo o vice-diretor, em sua fala ao jornal, na instituição havia a oportunidade de aprendizado

gráfico, mecânica e marcenaria, porém ele afirmou que „nenhum desses cursos interessa a menores viciados“ (TÂMARA, 2013, p. 101). A partir dos anos de 1990, com a criação do ECA, Pindobal deixou de pertencer ao Estado, ficando sob responsabilidade do poder judiciário de Mamanguape, tendo até hoje como nome o Centro de Educação Produtiva – Pindobal.

Enquanto Mamanguape contava, desde o século passado, com o Pindobal como instituição voltada ao problema do menor, o CEA foi criado em 1960, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, com o nome de Centro Educacional do Menor – CEM. Quando foi criada, essa instituição ligou-se ao Departamento do Menor da Secretaria do Trabalho e Serviço Social do estado. Assim como as outras instituições, nas primeiras décadas após sua criação, o CEM funcionava de acordo com o Código de Menores. Foi criada com caráter de internato para crianças e jovens apenas do sexo masculino e em 1975 passou a ser uma unidade da FEBEMAA.

Os anos de 1990 trouxe uma nova atuação do poder público sobre as instituições. Após a criação do ECA foi criada a Lei Estadual nº 5. 743, em nove de junho de 1993, que previa uma nova organização da FEBEMAA. O CEM e as demais instituições brasileiras precisaram se adaptar às novas diretrizes do ECA. Dessa forma, as instituições com esses serviços para adolescentes pararam de usar o termo menor. O CEM passou a se chamar Centro Educacional do Adolescente – CEA, e passou a ver a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento e como sujeitos de direitos. Tâmara (2013) mostra que, para se adequar às diretrizes do ECA, o CEA, assim como outras instituições brasileiras, precisou elaborar uma nova proposta pedagógica, datada de julho de 1996. O documento da nova proposta abordava toda a estrutura física do prédio. Já no início dessa década as autoridades vinham questionando as más condições das instalações físicas do CEA e em 1995 a instituição passou por uma reforma em seu prédio, obra que foi concluída em 1996. Com a nova proposta, as instituições dividiam a forma de atendimento a esses adolescentes em regime de internação, internação provisória e semiliberdade, atendendo adolescentes entre 12 e 18 do sexo masculino, autores de ato infracional e encaminhados pelo juiz da infância e da juventude. Diferente de Pindobal, que deveria atender internos órfãos ou abandonados, embora tenha continuado ingressando lá adolescentes infratores, a exemplo da fuga dos quatorze internos tratado anteriormente nesse trabalho, o CEA atenderia menores infratores, considerados “perigosos” e com “comportamentos violentos, destrutivos e

conflitivos” (Governo do Estado da Paraíba, *apud* TÂMARA, 2013, p. 104). O adolescente passou a receber atendimento odontológico e acompanhamento de dois psicólogos, um psicólogo clínico e um psicólogo educacional. A atuação de um psicólogo clínico trabalhando, além de um psicólogo educacional, surgiu com a necessidade de se criar medidas que resolvam o problema de menores considerados perigosos, pois para essa instituição também eram encaminhados adolescentes autores de sequestro e tráfico de drogas.

Mas mesmo com a proteção do ECA, que passou a assegurar os direitos dos adolescentes, ainda perdurou na instituição casos de repressão e violência dos agentes contra esses menores. Como *medida disciplinar*, havia em Pindobal, como tratado anteriormente, as celas chamadas cafuas, já no CEA, mesmo após a criação do ECA havia um quarto chamado de isolado. Esse último era uma cela que, segundo Tâmara (2013) trata em sua pesquisa, era suja, pequena, esquecida e onde havia baratas e escorpiões. Eram enviados para o isolado os educandos indisciplinados. Outras medidas aplicadas eram: ficar no quarto sem poder sair e nem assistir televisão e ficar sem visitas. No caso de brigas entre os internos, usava-se como castigos específicos ficar sem visitas e sem banho de sol.

Na década de 1960, o padre Otávio Santos, que pertencia à Congregação Sagrado Coração de Jesus, cuja congregação tinha sede em Taquaritinga, Pernambuco, conseguiu, através dos padres de Lagoa Seca, na Paraíba, um sítio com 32,5 hectares chamado de Imbaúba, localizado a três quilômetros do centro da cidade de Lagoa Seca. O Lar do Garoto surgiu como instituição preventiva que recebia crianças e adolescentes do sexo masculino. Como relatado na entrevista, “os meninos que não tinham pai nem mãe ficavam lá, já os que tinham e estudavam de manhã iam para lá à tarde e os que estudavam à tarde iam de manhã complementar seus estudos” (GRECO, 2018). A instituição recebia meninos de outras cidades circunvizinhas, muitos dos quais iam estudar na escola agrícola daquela região, atual campus da UEPB, e acabavam ficando naquela instituição; também os meninos que desejassem estudar para ser padre eram encaminhados para o Lar do Garoto.

Criada antes do surgimento da Fundac, nos primeiros anos de seu funcionamento, o Lar do Garoto era uma instituição de caridade: as pessoas daquela região plantavam frutas, batatas, inhames, mandioca, entre outros, e mandavam para a

instituição a fim de ajudar padre Otávio naquele trabalho com os menores. Com o aumento do número de meninos na instituição e sem condições financeiras de continuar atendendo-os, o padre procurou a Fundac. Sabendo da falta de recursos financeiros e de uma equipe técnica especializada no Lar do Garoto, a Fundac e a FUNABEM passaram a ajudar o padre e a instituição começou receber recursos do estado, recebendo, inclusive, professores enviados pela prefeitura da cidade de Lagoa Seca.

Em 1993, década em que a FEBEMAA mudou sua forma de atuação e passou a ser chamada de Fundac, padre Otávio deixou a batina para se casar e entregou o Lar do Garoto para total responsabilidade da Fundac. A entrevistada relatou que, nesse ano, a instituição deixou de ser uma casa preventiva passando a ser a uma instituição de internação apenas para adolescentes em conflito com a lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto para a noção de uma linha etária de transição entre infância e adolescência contribui o desenvolvimento cognitivo e intelectual do sujeito, assim como seu desenvolvimento biológico sinalizado pela chegada da puberdade, para traçar uma linha etária que sinalize para o início e o fim da fase juvenil o poder público ainda vinha encontrando maiores dificuldades nos primeiros anos do século XXI. Para a questão da juventude, em 2003, o poder público não tinha definido ações voltadas unicamente para essa categoria, já que não foi definido suas necessidades singulares e o ECA não tinha como escopo jovens com idade acima dos 18 anos. A partir dessa data foi criada a Frente Parlamentar de Juventude na Câmara Federal que criou uma Secretaria Nacional de Juventude e um Conselho Nacional de Juventude. Mesmo assim, a nova pauta não surtiu efeito em mostrar em quais pontos disputa, se soma ou se diferencia das questões em torno da criança e adolescência, deixando essa novo direcionamento como um campo em aberto.

Frente à ausência de políticas públicas direcionadas especificamente para a etapa da juventude, não sendo esta tratada como uma fase que ultrapassa a idade da adolescência, os jovens que não estão inseridos em práticas criminosas enveredam para outro caminho que os distingue de uma totalidade, mas não mais o identifica como delinquente: o meio religioso. Segundo Sofiati (2008), os jovens têm como um dos principais palcos de socialização os movimentos religiosos⁵. Nas igrejas católica ou evangélica, o jovem da primeira década do século XXI adquire experiências religiosas vistas como uma forma de superação de tensões na sua vida cotidiana, rompendo com uma vida mundana e seus valores, agora condenados por ele.

Ademais, os jovens evangélicos e católicos estão entre os mais pobres, deixando claro que apenas a condição de pobreza não é determinante para que haja a inclinação de muitos jovens em práticas criminosas, em detrimento da religiosidade. A educação e o trabalho são os principais temas de interesse entre os jovens das camadas populares. Mas em meio ao desemprego, à precariedade da educação pública brasileira e a falta de inserção no mercado formal, os jovens veem o trabalho mais como uma necessidade a

⁵ Segundo a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, apenas 15% deles participam de alguma organização juvenil, sendo o engajamento religioso o mais recorrente.

ser alcançada do que um valor a ser cultivado e a escola como instituição que prepara para o trabalho não atrai a juventude.

Enquanto a religião e o movimento cultural (em torno da música, da dança e do teatro) aparecem como principais meios de organização juvenil na sociedade, pesquisas recentes mostram que, em virtude da “descrença no universo político e a falta de condições reais de ação” (SOFIATI, Flávio Munhoz, 2008, p. 9), apenas uma pequena quantidade dos jovens participa do cenário político, mesmo havendo interesse de grande maioria deles. Nos anos 2000, muitos jovens distantes da ação política e sem recursos sociais, econômicos e culturais passaram a projetar seu futuro na religiosidade, buscando assim, novas sensações e novas experiências na prática espiritual. Com a crise que perpassa os primeiros anos do novo milênio, a juventude acaba por adquirir características e passar por etapas que marcam a fase adulta, assim como, quando adultos mantêm posicionamentos sociais que mantinham na fase da juventude.

Como tratado nesse trabalho, ao longo da história as ações do Estado voltadas para a questão da juventude infratora e delinquente tomaram como norte as linhas etárias que separam os considerados menores de idade dos adultos. Como a juventude continuou incompreendida entre os intelectuais do início do século XX, os jovens que recebiam os devidos atendimentos foram os considerados por lei como menores de idade. Nessa primeira metade do século, o Estado criou contratos com casas particulares de assistência, a fim de atender os menores. Os primeiros institutos aplicavam aos jovens encaminhados para lá uma disciplina que representava para eles novas experiências de vida: o regimento militar e uma disciplina voltada para o trabalho. Na segunda metade do século, o Estado, ampliando seu leque de influência sobre menores infratores, criou fundações e instituições a elas ligadas. O trabalho das instituições de caráter preventivo cresceu no Brasil com a criação da FUNABEM e das fundações estaduais ligadas a ela. Fundações como a FEBEMAA na Paraíba e outras febems estaduais, que por sua vez eram ligadas a FUNABEM, ajudavam com recursos financeiros as instituições preventivas e de caridade. Deduz-se dessa forma que, o caráter preventivo, ou seja, de assistir aqueles jovens pobres ou em situação de risco de modo a complementar seus estudos e inserindo-os num processo de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, acaba por representar uma resposta profícua do Estado na segunda metade do século XX. Mas com o aumento da criminalidade, a maior acessibilidade às drogas por parte dos jovens, o Estado vem se mostrando incapaz de

responder ao problema do jovem em conflito com a lei. Após 1993 muitas instituições que não foram extintas deixaram de ter caráter de prevenção, transformando-se em casas de internação. Embora havendo nessas instituições medidas educativas, seu atendimento interno enfrenta um desafio causado por um novo problema que se alastra de maneira assombrosa entre a população juvenil: o problema de jovens que além de cometerem ato infracional e estarem internados ali para cumprirem medidas socioeducativas se encontram viciados nas drogas. A falta de uma equipe específica e completa de profissionais da saúde para atender, especificamente, menores viciados e a extinção das medidas preventivas, cujas medidas também atuavam de modo a prevenir a inserção de crianças e adolescentes no crime e nas drogas, apontam claramente o que impede o Estado de melhor atuar na questão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 19-36.
- AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. A criminalização da juventude pobre na Paraíba: **reflexões acerca das mudanças e permanências**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) – UFPB, João Pessoa.
- ARIÈS, Philippe. A vida escolástica. In: **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BEBIANO, Rui. A Juventude como objeto da História. In: Rev. **APH**. Coimbra: 2002.
- CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. In: Rev. **Locus, Revista de História**. v. 17, n. 2, Juíz de Fora: 2011.
- DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira. A juventude entre a História e a Memória: a “rebeldia” como tradição inventada e espetacular. Rev. **Ponta de Lança**. v. 1, n. 2, São Cristóvão: 2008.
- FREITAS, Marcos Cezar de. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: História social da infância no Brasil. 2. ed. – Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1997, p. 9-16.
- GRECO, Maria da Penha Ferreira. **Entrevista concedida a Joabson Silva do Santos**. Campina Grande-PB, 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia].
- HENRIQUES, Helder. & VILHENA, Carla. Comportamentos antissociais na infância e juventude em Portugal (décadas de 70 a 90 do século XX): incursões exploratórias. In: Rev. **História: questões & debates**. v. 62, n. 1, UFPR: 2015, p. 219-246.
- LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 9-18.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: **História das crianças no Brasil**. 4. ed. – São Paulo: Contexto, 1996, p. 129-145.
- LUZZATTO, SÉRGIO. Jovens Rebeldes e revolucionários: 1789-1917. In: **A história dos jovens 2: a época contemporânea**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 194-257.
- NETO, Luiz Roberto. Por debaixo dos panos – A maquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930). In: **Revista Brasileira de História**. v. 9, n. 17 –São Paulo: 1989.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: História das crianças no Brasil. 4. ed. – São Paulo: Contexto, 1996, p. 146-173.

SANTANA, Márcio Santos. A categoria Juventude na pesquisa histórica: **notas metodológicas**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo: 2011.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna. In: **A história dos jovens 2: a época contemporânea**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 265- 324.

SOFIATI, Flávio Munhoz. A juventude no Brasil: história e organização. In: Rev. **Passagens de Paris**. v. 3 n.1, Paris: 2008.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: **História das crianças no Brasil**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2002, p. 210-230.

APÊNDICE

A entrevista realizada com a assistente social da instituição “Lar do Garoto”, Maria da Penha Ferreira Greco, em 19 de novembro de 2018, foi reveladora da atuação do Estado, no século XX, com o problema das crianças e adolescentes, sejam crianças abandonadas ou adolescentes em conflito com a lei. Também resultou num diálogo revelador da existência de fundações que encaminhavam recursos financeiros para instituições socioeducativas, a exemplo de instituições da Paraíba como o Lar do Garoto, em Lagoa Seca; o Pindobal, em Mamanguape; ou a Maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa. Várias informações ligadas ao tema foram tratadas e partiram, além de outras indagações, de dois questionamentos principais:

1. Sobre a história da instituição Lar do Garoto Padre Otávio Santos (como e em que época surgiu; como era, e como é, sua maneira de atuar com os jovens).
2. Como foram as respostas dadas pelo Estado, nessa segunda metade do século XX, em relação ao problema dos jovens brasileiros que ingressavam nas instituições socioeducativas, em especial na Paraíba.

Como relatado pela entrevistada, o Lar do Garoto foi criado por iniciativa do padre Otávio Santos e surgiu como instituição de prevenção, que complementava os estudos dos adolescentes, além de receber os meninos de outras cidades que estudavam na escola agrícola daquela área rural e os meninos que desejavam estudar no Lar do Garoto para ser padre. Nos primeiros anos de seu funcionamento a instituição socioeducativa recebia doações de caridade dos agricultores daquela região, mas com o aumento do número de menino e sem o padre ter condições de manter a instituição, a Fundac passou a ajudar aquela instituição, até que ficou, em 1993, sob total responsabilidade da Fundação.

Falando da atuação dessas fundações (que eram ligadas a FUNABEM) sobre as instituições socioeducativas dos estados brasileiros, a entrevistada falou de instituições paraibanas que foram assistidas pela Fundac na segunda metade do século XX e ressaltou que muitas dessas instituições já se encontravam extintas na década de 1990 sendo que, as que ainda existem, têm caráter de internato e não usam mais o método preventivo das décadas de 1970 e 1980.